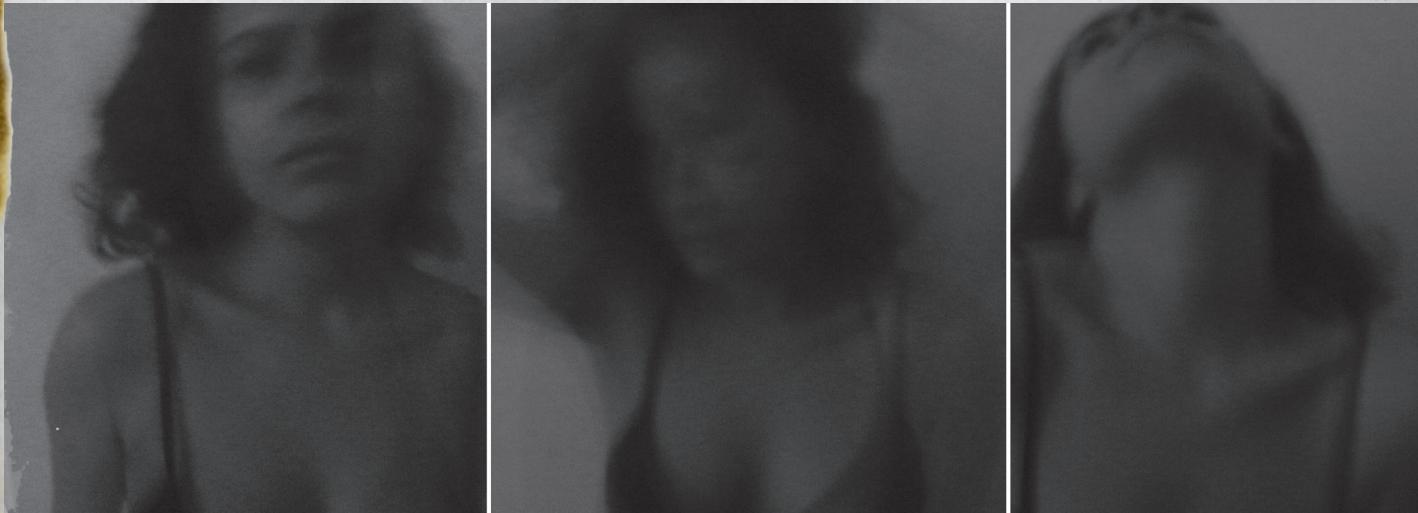


Para além do masculino e feminino

Como as identidades de gênero passam por uma crise que questiona o binarismo e os papéis de homens e mulheres

NATÁLIA MANSUR



ALESSANDRA MONNERAT E BRUNA DIAS

Com apenas 10 anos, Cléo de Oliveira percebeu que tinha nascido no corpo errado. Aos 11, Rafael Soares tomou consciência de que não se encaixava nos padrões de masculinidade. Já aos 16, Natália Mansur percebeu que não era como as mulheres de sua família. Cléo é transgênero; Rafael é gay; Natália é feminista – mas eles não são só isso. Cada um à sua maneira, os três extrapolam suas identidades de gênero tradicionais. Eles participam de um mundo em que as definições de masculino e feminino começam a ser redesenhas.

É uma crise, mas trata-se de uma ruptura positiva, que quer

incluir e compreender parcelas da população que têm pouca voz. Hoje, o Brasil é o líder mundial em assassinatos de transexuais e travestis – foram 486 entre janeiro de 2008 e abril de 2013, quatro vezes a mais que o México, o segundo colocado. Já os óbitos de gays contabilizaram 312 casos em 2013, um a cada 28 horas. O feminicídio vitimou 50 mil mulheres em 2011. O país é o sétimo em um ranking de 84 países na taxa de assassinatos de mulheres. Os avanços vêm na forma de garantias de direitos sociais em países como a Alemanha e a Índia, que já reconhecem nomenclaturas como “gênero neutro” e “terceiro gênero”, desde 2013 e 2014, respectivamente. No Brasil, uma conquista importante foi o

527mil pessoas são estupradas por ano no Brasil

89% são mulheres

70% são crianças e adolescentes

A EDUCAÇÃO
PRECISA ABORDAR
O MACHISMO E AS
QUESTÕES DE GÊNERO

Dados do IPEA retratam a realidade sofrida pelas mulheres brasileiras

reconhecimento do nome social de transgêneros no Enem, em 2015. Foi também neste ano que a Suprema Corte americana decidiu pela liberação do casamento homossexual em todos os Estados Unidos, sentença que coloriu perfis do Facebook com a bandeira do movimento gay. Este ano viu ainda a tipificação do feminici-

dio como crime hediondo no território brasileiro.

O caminho que levou a essas conquistas começou com o relaxamento de regras em uma sociedade mais livre. A religião, a escola e a família funcionavam como moderadores da consciência do homem. Com as estruturas de repressão enfraquecidas ou modificadas, a identidade, antes rígida, permite a expansão para novas fronteiras. O século XXI traz a discussão de um assunto que se pensava resolvido, como explica a psicóloga Arielle Scarpatti, doutoranda em Psicologia Forense na Universidade de Kent.

– Acho que, finalmente, estamos começando a discutir desejos, escolhas, preconceitos e tirar, de debaixo do pano, grupos que antes estavam escondidos. Trazer essas questões para o cenário principal mexe – e incomoda – aqueles que desejam manter a lógica heteronormativa e binária e por isso termos como “crise” aparecem – pondera.

Apesar de concordar que haja uma ruptura, Arielle tem receio em usar a palavra. Ao invés disso, ela opta por dizer que há um “empoderamento de corpos, escolhas e vidas”, que vem de um questionamento essencial.

– Por que precisamos que as pessoas se encaixem ou se identifiquem com o seu sexo biológico? Por que, em vez de tentarmos normatizar e regular corpos e desejos, simplesmente não trabalhamos no sentido de romper com essas categorias? Porque não apenas aceitar a fluidez e a multiplicidade humana, trabalhando no rompimento de preconceitos? Precisamos abandonar a lógica heteronormativa de gênero e



Pastor Malafaia repudia a utilização do termo “alunxs” por professores do Colégio Pedro II

sexualidade e problematizar a maneira como nos relacionamos enquanto sujeitos em sociedade – opina.

Mais do que o corpo revela

A crise dos gêneros pré-determinados pela sociedade resulta em redefinições até na própria língua. Em 2015, o *Dicionário Inglês de Oxford* anunciou um novo pronome, o “Mx”. Ele se apresenta como uma forma neutra de variação dos pronomes Mr, Ms, Mrs e Miss. A nova definição diz: “Mx (pronome): um título usado antes do nome da pessoa que não quer especificar seu gênero ou para aqueles que não se identificam como masculino ou feminino”.

Na mesma linha de pensamento, professores do Colégio Pedro II, tradicional instituição de ensino federal do Rio de Janeiro, começaram a utilizar o termo “alunxs” no cabeçalho de provas para se referir a estudantes sem definir gêneros. A supressão dos artigos “a” e “o” aparece também nos avisos dos murais do colégio. A proposta levantou discussões na internet, após comentário do pastor Silas Malafaia. A professora Antonella Cantinari, que

dá aulas de Língua Portuguesa no colégio, considerou a reação contrária uma manifestação de conservadorismo.

– A polêmica é mais um sintoma do retrocesso que vivemos por imposição de determinado segmento de nossa sociedade que não admite mudanças em seu *status quo*. Ele vem acompanhado de um lado por uma ditadura de um politicamente correto e por um conservadorismo que é o mesmo que tenta impor um padrão único para a estrutura familiar que se encontra defasado em pelo menos um século – declarou.

Arielle explica que definir o que é ser transgênero não é uma tarefa fácil. A ideia de que se nasce com um aparato biológico acaba atribuindo uma marca e um espaço na sociedade. Porém, a forma como cada indivíduo e cada grupo vai atribuir significado a esse corpo tem relação direta com o processo de socialização.

– Ser mulher ou homem no Brasil é completamente diferente de nascer mulher ou homem no Japão ou na Suécia. Nascer com a genitália feminina ou masculina não é suficiente para se compor enquanto sujeito social – aponta.

Com a estudante de Serviço So-



Cleo é a primeira aluna autorizada a utilizar o nome social na carteirinha da faculdade

cial Cléo de Oliveira, a percepção disso veio desde cedo.

– Pode-se dizer que em termos de corpo foi por volta dos 10 anos mais ou menos, porém, aos sete eu tive consciência quanto a minha identidade de gênero. Eu me sinto perfeitamente normal, me sinto no lugar onde eu deveria estar – comenta.

Aos 34 anos, Cléo conseguiu o direito de ser tratada pelo nome social nos registros acadêmicos da PUC-Rio. Sua conquista é inédita na faculdade. No entanto, ela conta que precisou de muita conversa para ser tratada pelo nome que lhe cabia.

– Compreendo, já que isso era muito novo para eles. Claro que, como quase tudo que envolve a afirmação dos direitos sociais e civis de uma pessoa transexual no Brasil, eu encontrei resistência e burocracia, mas no geral posso dizer que tive boa vontade da universidade – relembra.

A mudança de nome foi garantida pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções de Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), que determina “o reconhecimento e adoção do nome social àquelas e àquelas cuja identificação civil não reflete adequadamente sua identidade de gênero”.

Para Cléo, deixar o nome de batismo, Cléber, significa a legitimação social da sua identidade e não apenas um privilégio.

– Não me sinto na obrigação de dizer às pessoas como eu me sinto, pois não estou pedindo favor ou benefício, estou apenas exercendo minha cidadania, garantindo um direito constituído que é viver de acordo com aquilo que me identifico – declara.

Segundo sexo?

Enquanto a binariedade é rompida, dentro dos próprios gêneros podemos perceber também movimentos de transgressão. Ao longo dos anos, o papel da mulher vem se modificando em uma velocidade para além do que as feministas do século XIX e início do século XX poderiam imaginar. Se naquela época já se reivindicavam direitos trabalhistas e salários iguais, hoje, o movimento engloba pautas ainda mais complexas e diversas. Esses novos feminismos, frutos de um único feminismo do passado, são adeptos às redes sociais, invadem as universidades e colocam o assunto na roda de discussões, nas salas de aula e até na mesa do bar.

Os movimentos levam milhares de mulheres para as ruas, para reivindicar principalmente o direito sobre o corpo. Alguns deles são a Marcha das Vadias, que surgiu em 2011 no Canadá, e o Femen, criado na Ucrânia em 2008, que promove passeatas com mulheres nuas. São meninas que não querem mais se colocar no que é definido como aceitável para seu gênero, pois consideram isso a construção de uma sociedade machista, como explica Arielle.



Os movimentos pregam a liberdade e autonomia sobre o próprio corpo

– Todas as diferenças que a gente atribui a mulheres, como sensibilidade, docura, submissão, ‘instinto materno’, e aos homens, fortaleza, rebeldia, violência, independência e disposição para o sexo, são culturais e, portanto, aprendidas. O máximo que a gente poderia dizer é que ainda hoje há características que são atribuídas a homens e mulheres baseadas em normas tradicionais de gênero – define.

Entre as pensadoras da chamada quarta onda do feminismo, há jovens blogueiras e universitárias, que dedicam seu tempo para pensar a situação atual da mulher na sociedade. As mais conhecidas no Brasil, como a advogada Cynthia Semíramis e a jornalista Juliana Faria, falam sobre o feminino cada uma a sua maneira e convidam outras meninas a discutir opiniões.

Doutoranda em direitos das mulheres na Universidade Federal de Minas Gerais, Cynthia gerencia o *Blogueiras Feministas*, site em que ativistas de todo país discutem e relatam experiências pessoais. A jornalista Juliana é formada pela PUC-SP, e fundou o *Think Olga*, site com objetivo de empoderar mulheres por meio de informação. Em 2013, Juliana lançou também a campanha *Chega de Fiu-Fiu*, para mulheres

cansadas de cantadas ofensivas.

A estudante de Jornalismo Natália Mansur criou com uma amiga um subgrupo do Coletivo de Mulheres da PUC-Rio para meninas da Comunicação Social. Ela conta que, quando tinha 16 anos, foi questionada se era feminista.

– Eu concordava com as pautas que eu conhecia na época, mas eu não me dizia feminista, porque eu achava que era uma palavra muito forte – diz.

Apesar disso, ela já não se identificava com as normas impostas pela família tradicional, de Camamu, na Bahia. Quando menina, Natália queria “pintar as unhas de todas as cores”, conta. Mas ela só se viu feminista quando conheceu o *Think Olga*, no ensino médio.

– Eu li a primeira postagem desse blog, era uma apresentação da Juliana Faria, falando que ela se formou em moda, que sempre gostou muito, mas os padrões fornecidos pela mídia sempre a deixaram muito frustrada. A proposta dela com o blog era de você criar o seu próprio feminismo. Eu li, me identifiquei e pensei: eu sou feminista então! – recorda.

Natália ressalta que passou a se identificar como uma feminista interseccional, que não exclui a participação de homens ou trans, mas que coloca a mulher

REPRODUÇÃO/INTERNET

“É preciso ter coragem para ser mulher nesse mundo. Para viver como uma. Para escrever sobre elas.”
THINKOLGA.COM

O Think Olga reúne mulheres que querem trocar experiências e aprender sobre o feminismo

CriSe

Chega de Fiu-Fiu

Assédio sexual é um dos temas mais comentados nas redes sociais, cerca de 99,6% das mulheres afirmam ter sofrido esse tipo de abuso.

Voce gosta de ouvir cantada?



Voce ja trocou de roupa pensando no lugar que ia para evitar assedio?



Voce ja foi xingada porque disse nao as cantadas de alguém?

SIM

68%

NAO

32%

Se sim, do que?

Baranga	16%
Mal- comida	25%
Metida	45%

Bruna Dias e Larissa Medeiros

Fonte : Chega de Fiu-Fiu - <http://chegadefiu-fiu.com.br>

como protagonista do movimento. A partir dali, a estudante começou a acompanhar as postagens e o grupo de discussões no Facebook, na época com menos de 200 membros e hoje com mais de duas mil pessoas, inclusive homens.

A jornalista Babi Souza idealizou o movimento “Vamos Juntas?” para que mulheres voltem para casa juntas para inibir roubos e assédio. Hoje, com mais de 200 mil seguidoras, ela acha que as redes sociais são um espaço alternativo à mídia tradicional, portanto sem filtro.

– Pautas que não teriam tanto espaço na mídia ganham voz. Não tem limite para o que podemos discutir – completa.

Já Natália acredita que o feminismo deve ir além das redes sociais.

– Eu acho que o feminismo significa muito ação diária. Minha parte de aprendizagem é mais virtual, nas discussões. Mas em termos de trabalho mais forte, penso no Coletivo. Participar foi de uma magnitude muito grande para mim, principalmente por-

que sinto que encontrei um espaço também, ainda melhor que o virtual, onde tudo é mais frio. Aqui eu sinto as pessoas, as vejo do meu lado – contrapõe.

Para a feminista, as meninas procuram o movimento para encontrar um acolhimento que não existe em outros ambientes sociais.

NATÁLIA MANSUR

Empoderada, Natália descobriu seu próprio corpo



– A gente não tem voz, ou melhor, estamos começando a ter. Mas eu quero falar e quero ser ouvida. Eu me encontrei no feminismo por isso. Sei que em algum lugar eu tenho uma voz poderosa e importante para alguma mudança social – conclui.

Arielle acredita que estamos avançando nas discussões sobre igualdade feminina, porém ainda há muito a ser feito. Segundo o Ministério da Saúde, mais de 12 mil casos de estupro foram registrados no Brasil em 2011.

– Começou-se a discutir normas de gênero, o exercício da paternidade e sexualidade masculina. Entretanto, estamos engatinhando ainda. Temos muito debate e ação pela frente – ressalta Arielle.

Um outro homem

A ruptura na forma de pensar tradicional atinge também o comportamento do gênero masculino e suas definições antes ditas consensuais na sociedade.

– Estamos começando a enxergar uma leve mudança no comportamento masculino frente a determinadas questões. Dentro elas, a própria masculinidade e a maneira como ela é exercida – comenta Arielle.

Daniel Pinha, professor de História Econômica e Política do Brasil, na PUC-Rio, há duas semanas vê essas questões de perto, com o nascimento do seu primeiro filho, Francisco. Para ele, é inevitável criar uma criança hoje sem pensar nas questões de gênero.

– Queremos promover uma educação que faça com que ele respeite isso como algo natural – pontua.



Ainda pequeno Rafael descobriu que não se encaixava nos padrões de masculinidade

Arielle explica que desde quando a mulher ainda está gestando a criança, as perguntas a respeito do bebê trazem expectativas a respeito de crianças e da maneira como ela será criada. Para a psicóloga, esses comentários atribuem ao bebê comportamentos, características, traços de personalidade, atitudes e interesses que são distintos conforme seu sexo.

– Não é raro, por exemplo, que você ouça mães ou pais dizendo frases como “prefiro menina porque elas são mais carinhosas” ou “prefiro ter um filho homem porque meninos são mais independentes” – acrescenta.

Pinha admite que ele e sua mulher não esperaram ansiosos pelo sexo da criança. O professor acredita que, no âmbito da questão de gênero, é importante passar para a criança que exis-

tem características diferentes das convencionais.

– O importante é destacar que essas diferenças não se transformam em superioridade ou um padrão. Para o meu sogro, que é mais conservador, eu digo que não vou escolher nem o time, nem o gênero – brinca.

Na criação do bebê, Pinha planeja dividir com a mãe de seu filho as tarefas sem distinção de gênero. Porém, já no começo da vida de Francisco, esse objetivo se tornou difícil: o professor teve apenas cinco dias em casa com o menino. Em países como a Noruega, este tempo é de 14 semanas.

– Eu acho que a licença paternidade tão curta mostra o machismo estruturante da sociedade. Considera-se que a mulher vai ter seis meses parar criar, para ficar próxima do filho e o homem vai para rua trabalhar e

sustentar a casa – comenta.

O compositor Rafael Soares também quer constituir sua família de forma diferente. No ano que vem, ele planeja se unir ao namorado. Porém, os dois têm que passar por um desafio: explicar para os parentes do rapaz, cristãos fervorosos, que o filho deles não se encaixa no padrão que a religião determina.

– Meu namorado vai contar no dia em que sair de casa – conta.

Rafael se assumiu mais cedo que o companheiro: com 11 anos, começou a perceber algo de diferente. Aos 13, passou a se identificar como gay para a família evangélica.

– Apoiar, minha mãe não

apoia. Mas ela é mais maleável. Meu namorado vai nas festas de família – esclarece.

O compositor lembra que já passou por preconceito em um processo seletivo para um emprego e que, na rua, já ouviu piadas por andar de mãos dadas com o namorado. Arielle aponta que o preconceito resulta em crimes no Brasil.

– Noções como a de honra masculina, em que homens devem ter autoridade e ênfase na demonstração de masculinidade a partir do comportamento sexual, ainda têm servido como base e justificativa para comportamentos violentos – lamenta.

Além disso, gays ainda têm que

conquistar direitos sociais importantes. A adoção de crianças por casais homossexuais ainda não é prevista em lei no Brasil, apesar de uma decisão do Supremo Tribunal Federal desse ano ter dado um parecer favorável ao assunto. No Congresso, uma comissão especial definiu família como “união entre um homem e uma mulher”.

Mas para Rafael, o importante é ter encontrado uma pessoa para dividir sua vida, mesmo que eles ainda não saibam que papel cada um vai assumir nessa família.

– Acho que vamos descobrindo enquanto vamos vivendo – projeta. 

Na tela, a representação

Se a arte é um espelho da sociedade, então o que se reflete nas telas do cinema é a disparidade de gêneros. O Centro de Estudos das Mulheres em Televisão e Cinema da San Diego State University aponta que, nos 100 filmes de maior bilheteria em 2014, apenas 12% dos papéis principais eram destinados a mulheres.

O sexo feminino é representado na tela como mães e esposas. Em papéis secundários, o número de mulheres cresce para 29%, e em personagens com falas, para 30%. Transgêneros são ainda menos representados, e os filmes podem ser contados nos dedos das mãos. Em 2015, três títulos exploram histórias de trans: Tangerina, de Sean S. Baker, About Ray, de Gaby Dellal e The Danish Girl, com Eddie Redmayne no papel de uma das primeiras pessoas a fazer cirurgia de redesignação social. Também para os homossexuais, a representação foge da realidade. Rafael Soares confessa que não consegue se ver nas telas.

– A mídia ainda tem muito a aprender sobre como representar gays como seres humanos. Personagens homens em geral têm que ser moldados de um jeito ‘x’ – afirma. Se o que se vê nas salas de cinema é desanimador, é porque atrás das câmeras a diversidade de gêneros ainda é pouco explorada. A Iniciativa para Mudanças de Mídia, Diversidade e Sociedade da Universidade do Sul da Califórnia levantou dados de que, dos 100 filmes mais rentáveis de 2014, apenas 1,9% foram dirigidos por mulheres. Roteiristas e produtoras do sexo feminino também são escassas: 11,2% e 18,9%, respectivamente.

A estudante de Cinema Paula Alves, estagiária da documentarista Maria Augusta Ramos, conta que no



Divulgação

Filme About Ray conta a história de um adolescente transexual

mercado o machismo para funções técnicas é expressivo.

– Tanto na fotografia quanto no som os equipamentos são muito pesados, exigem um condicionamento físico maior. Eles não são pensados para a anatomia da mulher – ressalta. Nessa frente, a tecnologia tem auxiliado com câmeras mais compactas e leves. No ambiente acadêmico, um laboratório do cinema futuro, as estatísticas são mais otimistas. Na disciplina de Projeto I do curso de Cinema da PUC-Rio, em que os alunos devem desenvolver documentários, cinco dos títulos escolhidos são dirigidos por mulheres, e todos eles têm produtoras do sexo feminino. Uma delas é a estudante Elba Cynthia Marques, que vê o cenário positivamente.

– Na faculdade de Comunicação temos bastante garotas em posição de poder, na produção e na direção. São mulheres falando de outras mulheres – destaca.